



XIV Encontro Nacional da ANPUR

23 a 27 · maio · 2011 · Rio de Janeiro

XIV ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR

Maio de 2011

Rio de Janeiro - RJ - Brasil

DA CRISE DO DESENVOLVIMENTO À EMERGÊNCIA DE TERRITÓRIOS AUTÔNOMOS: O
CASO DAS ONGS

Andréa Teixeira Acioli Ferreira (UERJ) - acioli.rj@gmail.com

Professora do Instituto de Geografia da UERJ, mestre em Geografia pela PUC-Rio, graduada em Geografia pela UERJ.

Da crise do desenvolvimento à emergência de territórios autônomos: o caso das ONGs

Resumo

O presente artigo busca auxiliar na compreensão das novas espacialidades que emergem no mundo contemporâneo e que tem como principal característica o surgimento de territorialidades alternativas, que se constroem a partir de movimentos de contestação e de resistências ao projeto de desenvolvimento hegemônico. Esse processo pode ser observado quando ao confrontarmos as diferentes visões do desenvolvimento centramos nosso olhar para as idiosincrasias existentes no conflito entre o desenvolvimento sob as lentes do projeto da modernidade e os desenvolvimentos desejados por cada coletividade. Algumas referências teóricas nos possibilitaram vislumbrar caminhos possíveis para seguirmos, como a elaboração que Edgar Morin (1999) faz com seu paradigma da complexidade. Já em Cornelius Castoriadis (1987; 1992) encontramos o princípio da autonomia individual e coletiva de uma sociedade, que nos fornece um caminho possível. Contamos ainda com as indispensáveis contribuições de Léfèbvre (1991, 2008), Gramsci (1976) e, principalmente, de Marcelo Souza (1995, 1996, 1997, 2000, 2003, 2006), além de outros nomes que serão citados ao longo do estudo.

Apresentação

Partimos de uma longa trajetória de análise da atuação das ONGs no mundo e no Brasil, seguindo em busca dos reflexos e das transformações que suas ações empreendem no espaço. Este artigo tenta de forma um tanto quanto breve, evidenciar algumas das reflexões que tivemos durante este percurso, dando destaque aos conflitos entre os diferentes olhares para o desenvolvimento e a busca por um caminho alternativo que permita a construção de territórios e desenvolvimentos autônomos.

Diariamente somos convidados a assistir as ações quase que 'miraculosas' de organizações não-governamentais que muitas vezes se colocam como propulsoras do *desenvolvimento* nas comunidades. Contudo, precisamos ultrapassar as lentes midiáticas e analisar como esse suposto desenvolvimento propagandeado aos quatro ventos, transforma a vida nas comunidades, suas causas e principalmente as consequências deste processo.

Entendemos que o modelo de desenvolvimento à maneira ocidental, vem sendo muito criticado e muitas vezes invalidado como possibilidade de busca da melhoria da qualidade de vida das sociedades. Por outro lado, o modelo civilizacional que dele se

apropriou gerando uma homogeneização cultural, hoje se encontra em crise, o que nos permite identificar a produção de resistências e de diferentes especialidades nas mais diversas escalas.

Buscamos então através da compreensão do surgimento do fenômeno ONG, sua trajetória e suas ações hodiernas, entender como diferentes noções de desenvolvimento podem interferir nas relações de uma coletividade. E olhando para os dias de hoje pudemos perceber que há uma grande demanda de ONGs que se propõem a atuar junto à população, levando consigo projetos de desenvolvimento, e a partir daí criam laços de parceria com as coletividades envolvidas, bem como novos territórios de atuação, agora definidos a partir de questões ligadas em grande parte à oferta de recursos para seus projetos.

Retomando nossos estudos anteriores, os quais nos permitiram uma maior proximidade com o objeto, percebemos que atualmente há uma grande quantidade de ONGs que se territorializam a partir de uma atuação centrada no desenvolvimento de algumas coletividades. Pudemos perceber que as ONGs atuam de maneira a não limitar seu campo de atuação considerando uma divisão político-administrativa do território, mas sim estabelecendo uma nova área de atuação com base em políticas e projetos por elas desenvolvidos. Elas se territorializam através de suas ações e práticas, das relações que estabelecem e, com isso, essas organizações dão origem a territórios materiais e imateriais por elas controlados e modificados (ACIOLI, 2007). Dessa primeira observação sobre a relação entre sua atuação e os territórios criados surgiram outras questões como a das concepções de desenvolvimento que carregam de intencionalidade a construção desses territórios.

Pudemos perceber que as ONGs, ao longo dos seus anos de existência, têm passado por inúmeras transformações, no modo de atuação, no tipo de projeto, nas políticas, nas parcerias e até mesmo na sua filosofia. Mas também não podemos negligenciar que sob a bandeira do termo Organização Não-Governamental se abriga uma diversidade incomum de organizações, com as mais variadas práticas, objetivos e áreas de atuação. Ainda que existam características comuns a quase todas elas, sua diversidade dificulta a construção de uma delimitação do termo.

Contudo, de maneira geral podemos dizer que este tipo de organização peculiar da sociedade civilⁱ começou a se proliferar em todo território nacional a partir de meados da década de setenta, sendo o surgimento destas, na verdade, um fenômeno de caráter mundial, a exemplo de organizações como o GREENPEACE, ATTAC, entre outras. No Brasil uma das primeiras, fundada por Betinhoⁱⁱ, foi o IBASE, organização que até hoje tem uma atuação destacada ao lado de movimentos sociais e que ganhou notoriedade com a campanha pela “ética na política”, campanha esta que, aliada a outros fatores, culminou com a deposição do ex-presidente Fernando Collor de Mello (FICO, 1999, p.83).

A trajetória das ONGs no Brasil, desde o seu surgimento até os dias de hoje nos aponta que as primeiras delas tiveram sua origem nos anos 60 sob influência da Igreja Católica e da atuação de grupos, principalmente de pesquisadores, que assumiam na época compromisso com o desenvolvimento de projetos de assistência aos movimentos populares (KAROL, 2000, p.31). Esse quadro se amplia na década de 70, quando o regime ditatorial vigente no Brasil naquele período se torna alvo de resistências e oposição pela população.

Neste mesmo período surgem novas organizações, agora comprometidas com esse projeto de resistência e de denúncia das questões ligadas àquele regime. O termo não-governamental aqui assume um papel principalmente político, de negação e oposição ao que seria governamental e, portanto, representado pelo regime ditatorial no qual o país se encontrava (ACIOLI, 2007, p.38).

Já na década de 1980, há um aumento considerável do número de ONGs no Brasil, sendo favorecido principalmente pelo período de abertura política pelo qual o país passava nesse momento e pelo avanço dos movimentos sociais. Podemos então observar que a atuação dessas organizações continuou ainda muito marcada pela parceria e a assistência a esses movimentos. Sua principal característica nesta fase era o apoio ao fortalecimento dos movimentos populares e o auxílio na estruturação desses movimentos, muitas vezes desenvolvendo trabalhos de educação política dos grupos organizados.

Mas é somente no início dos anos 90 que podemos verificar a proliferação das ONGs por todos os cantos do país (ABONG, 2005), com os mais distintos objetivos e práticas. Neste momento elas assumem um papel de protagonistas no cenário mundial, devido principalmente ao avanço das políticas neoliberais, através das quais elas foram colocadas em evidência. Um marco nesse período e que impulsionou a popularização das ONGs foi a realização da ECO-92 na cidade do Rio de Janeiro. O evento reuniu organizações governamentais e não-governamentais do mundo todo e teve a cobertura massiva da imprensa (SILVA, 2006, p.51).

A década de 1990 é extremamente importante para que possamos compreender a atuação das ONGs hoje, pois foi neste período que houve uma mudança radical no perfil da maioria dessas organizações. Boa parte daquelas ONGs que possuíam um caráter militante, cidadão e com um perfil ideológico e político bem definido passam a se colocar à frente dos movimentos sociais, tornando-se muitas vezes instituições autônomas e desvinculadas desses movimentos, por outro lado, elas passam a conviver com novas organizações, denominadas terceiro setor e fundadas por empresas ou empresários (GOHN, 2005, p.89).

Esse novo quadro nos mostra que é ainda na década de 90 que as ONGs começam a estreitar seus laços com a iniciativa privada através da busca pelo financiamento de seus projetos dentro dos chamados programas de responsabilidade social, que se trata na verdade de uma espécie de cidadania corporativa. Torna-se cada vez mais clara a mudança

radical que estas organizações sofreram neste período, criando novas táticas de sobrevivência, rompendo com os ideais de sua origem e reestruturando suas estratégias e suas formas de atuar.

O que vivenciamos hoje nos permite afirmar que as ONGs aprenderam a mudar sua “personalidade” de acordo com a conjuntura. Se a conjuntura política em um campo de atuação se torna desfavorável, imediatamente são capazes de uma readaptação para que busquem alternativas melhores de parcerias e financiamentos. Resultado disso é um evidente abandono de seus ideais norteadores, pela busca incessante de reproduzir-se a qualquer custo.

As ONGs atualmente aparecem como entidades capazes de muitas vezes resolver elas mesmas as demandas sociais, buscando auxílio na iniciativa privada e até mesmo no Estado. Esse caráter assistencialista das ONGs no Brasil muitas vezes faz reproduzir o discurso neoliberal de que o Estado é inoperante e ausente no atendimento das necessidades da população. Elas se apresentam como independentes do Estado e melhor capacitadas a realizar o atendimento às questões sociais da população. Resultado disso é a evidente desmobilização da população, tendo em vista que suas questões são muitas vezes atendidas e o Estado deixa de ser alvo de cobranças e reivindicações populares. Contudo, não podemos deixar de alertar para o fato de que essas organizações possuem uma práxis comprometida com os interesses do Estado (KAROL, 2000, p.40).

Atualmente verificamos uma forte tendência das ONGs em empreender projetos voltados para a sustentabilidade e o desenvolvimento das coletividades, principalmente influenciadas pelas suas fontes financiadoras que apresentam maior interesse neste tipo de projeto. Essas ações têm tido muito destaque na mídia, principalmente nos últimos anos, quando as críticas aos modelos de desenvolvimento se mostram cada vez mais incisivas sob a alegação principalmente destes modelos terem se mostrado ineficazes. Os investimentos do governo e de agências internacionais em projetos voltados para o meio ambiente e desenvolvimento têm sido maiores, o que provoca uma procura maior por parte das ONGs em desenvolver estudos e planejamentos voltados para essa área de interesse.

Por outro lado, pudemos perceber que esses projetos de desenvolvimento muitas vezes têm entrado em conflito com as reais necessidades de cada coletividade atendida, abrindo a possibilidade de construção de movimentos de contestação e de resistência ao projeto de desenvolvimento hegemônico, reproduzido na ação das ONGs. Esse processo pode ser observado quando ao confrontarmos as diferentes visões do desenvolvimento centramos nosso olhar para as idiosincrasias existentes no conflito entre o desenvolvimento sob lentes do projeto da modernidade, implementado pelas ONGs em sua atuação, e os desenvolvimentos desejados por cada coletividade.

Ao analisar esses movimentos procuramos criticar a concepção dominante de desenvolvimento, visto somente como uma busca pelo crescimento econômico, e em contrapartida buscamos nos diálogos recentes na Geografia algumas abordagens que nos parecem trazer uma componente de renovação para o seu conteúdo.

A busca incessante por maior liberdade e igualdade se mostra cada vez mais intensa na sociedade. Observamos uma série de atores sociais responsáveis pela construção de novas territorialidades que possam ser apreendidas como resistências, como alternativas à racionalidade hegemônica e que necessitam ser melhor estudados. A Geografia nos oferece essa possibilidade de estudo através de sua riqueza de pensamentos e da facilidade de diálogo com autores não-geógrafos, mas que nos fornecem elementos importantes para o debate.

Trazemos para nossa reflexão algumas referências como a de Edgar Morin (1999) com seu paradigma da complexidade. É com Morin que partimos para um (re)aprender a caminhar, pensando dialeticamente e rompendo com o reducionismo característico do pensamento moderno, buscando cada vez mais as interações complexas do real, que se apresenta de forma multidimensional.

Já em Cornelius Castoriadis (1992a, 1992b, 1992c) encontramos o princípio da autonomia individual e coletiva de uma sociedade. É através deste pensamento que buscamos oferecer a cada coletividade a possibilidade de decidir sobre os caminhos a seguir, definindo suas próprias necessidades, os meios sobre os quais atingirão seus desejos e os fins a que se destinam. O princípio da autonomia nos é muito caro neste estudo, pois é através dele que podemos confrontar a atuação das ONGs por seu caráter assistencialista, que retira das coletividades o papel de sujeito no processo de desenvolvimento e transformação para melhor de suas próprias vidas.

Contamos ainda com as indispensáveis contribuições de Léfèbvre (1991, 2008), Gramsci (1976) e, principalmente, de Marcelo Souza (1995, 1996, 1997, 2000, 2003, 2006), além de outros nomes que serão citados ao longo do texto.

O desenvolvimento através do olhar das ONGs

A busca por desenvolver-se não é uma realidade recente e sempre se aproximou do desejo de uma melhor qualidade de vida para os indivíduos e coletividades. Contudo, a que desenvolvimento nos referimos ao tratar desse assunto? Qual seria o desenvolvimento desejado?

O que comumente chamamos de desenvolvimento vem de uma construção ocidental, que atualmente tem sido muito criticada por seu caráter estritamente econômico. A maneira como tem sido construído, despreza a diversidade cultural e que faz com que muitas vezes o desenvolvimento tenha sido invalidado como possibilidade de busca da

melhoria da qualidade de vida das pessoas. Por outro lado, o modelo civilizacional que dele se apropriou gerando uma homogeneização cultural, hoje se encontra em crise, o que nos permite identificar a produção de resistências e de diferentes especialidades nas mais diversas escalas. Desta forma, não podemos perder de vista que a ideia de desenvolvimento está diretamente ligada à de liberdade e de igualdade e que por este motivo não devemos simplesmente abandoná-la, mas buscar caminhos alternativos para sua construção.

Analisando o surgimento da ideia de desenvolvimento percebemos que desde sua criação ele cumpriu o papel de diferenciar as sociedades, criando uma separação entre mais “avançadas”, referindo-se às sociedades ocidentais que a partir de então eram chamadas de desenvolvidas, e as demais sociedades. Cria-se uma clara hierarquia entre sociedades ditas “modernas” e as sociedades onde ainda era necessário percorrer diversas etapas para crescer e se modernizar. Todo esse cenário possibilitou o surgimento de uma verdadeira ideologia do desenvolvimento (VERHELST, 1992, p.25).

Contudo, Rúa (2007, p.163) retoma Gramsci para mostrar que por outro lado, a hegemonia do Ocidente abre espaço para contradiscursos em nível planetário, o que ele nos chama atenção é o fato de surgirem, nos mais variados cantos do mundo, formas de resistência ao discurso de desenvolvimento hegemônico. Essa hegemonia e as formas de resistência a ela empreendidas conformam visões de mundo diferenciadas, que são projetadas no espaço de cada sociedade. Há sempre um conflito entre as representações do espaço projetadas pelas potências hegemônicas, e os espaços de representação contra-hegemônicos.

Podemos dizer que as noções de desenvolvimento que conhecemos até hoje não conseguiram atingir os objetivos para os quais foram gestadas, deixando as coletividades mergulhadas na “eterna” esperança de transformação em seu modo de vida. O projeto da modernidade fracassou ao tentar, pelo menos no discurso, resolver as mazelas das sociedades ditas subdesenvolvidas.

Quando observamos a forma como os projetos de desenvolvimento por todo o mundo são construídos, percebemos que um dos problemas deste tipo de atuação está na distância existente entre a escala de produção desses programas e a escala de aplicação dos mesmos, pois essa distância não favorece a apreensão da realidade local. Com isso, a aplicação dos programas de desenvolvimento às comunidades não se mostra tão efetiva e as ONGs assumem o papel de tentar mediar esse encontro.

Mesmo com a atuação das ONGs mais próximas ao local, os resultados obtidos através de sua intervenção também tem se mostrado ineficazes em atender as necessidades das coletividades envolvidas. Através dos projetos de desenvolvimento as ONGs buscam inserir as coletividades no mercado, para que possam assim, se

desenvolver. Contudo, devemos ressaltar que a dimensão econômica não pode ser a única privilegiada quando da adoção de políticas de desenvolvimento.

Este tem sido então o foco central das críticas direcionadas à atuação das ONGs, sua negligência para com a cultura localⁱⁱⁱ, com os modos de vida, as aspirações e a realidade existente. Isso fez com que essas organizações se adaptassem e criassem uma espécie de compromisso com a “manutenção” ou mesmo com o “resgate” das “culturas locais” através de seus projetos, o que nada mais é do que uma reinvenção de cultura local, agora adaptada ao mercado.

Outro fator importante está na constituição das redes sociais que estas ONGs integram, através das quais terminam reproduzindo no local a heteronomia contida nas mais diversas escalas que elas perpassam. Anthony Bebbington (2004, p. 727) argumenta que é inegável que a presença de ONGs traz significados, formas de exercício de poder, recursos, conceitos de modernidade e toda uma gama de influências sobre o lugar, logo a presença de uma ONG torna-se parte da produção e reprodução do local. Não podemos deixar de ressaltar, que sob o rigor de uma sociedade heterônoma, essas organizações terminam reproduzindo no local, a ordem hegemônica.

Por outro lado, essa atuação tem resultados diferentes em cada local de atuação, pois a realidade existente é diferenciada, o que contribui para uma desigualdade nos padrões de desenvolvimento. Diante dessa realidade, o paradigma da complexidade de que fala Morin se coloca como uma base sobre a qual precisamos (re)aprender a caminhar. Com isso, fica clara a premência de pensar dialeticamente, ou seja, romper “com os raciocínios lógicos e reducionistas, incorporando um enfoque que busca interações complexas”. Sem essa base, não poderemos de forma alguma nos aproximar do entendimento e da busca pela superação da heteronomia contida no projeto da modernidade.

Sabemos que num sistema tão complexo como a sociedade, jamais podemos extrair análises que dão conta do todo, pois este se mostra por demais complexo. Podemos dizer que “cada sociedade cria uma trama de significações para representar a si mesma e o mundo, trama essa que, por sua vez, estabelece o caldo de cultura onde são socializados os indivíduos” (SOUZA, 1997, p. 78). Conseguiremos somente apreender algumas interações entre as dimensões desse todo, mas que serão sempre uma representação do real e nunca o real complexo como se apresenta. Ainda assim, não podemos aceitar que os problemas sociais tenham uma monocausalidade nas suas explicações.

Como então pensar o desenvolvimento através dessa lente da complexidade? A partir do momento em que entendemos a sociedade na sua complexidade real, com diversas dimensões interdependentes já conseguimos dar o primeiro passo. Como nos aponta Souza (1996, p. 18)

se se quiser ultrapassar os parcialismos analíticos ancorados na epistemologia positivista, produtores de visões monodimensionais do desenvolvimento – p.ex. o conceito de “desenvolvimento econômico” -, é necessário compreender a sociedade como um todo indivisível, constituído não de “instâncias”, “estruturas” ou “sistemas” autônomos (economia, política...), mas de *dimensões* interdependentes, onde cada dimensão, embora distinta das demais, não pode ter sua própria dinâmica apreendida se a desconectarmos, “por pragmatismo”, das demais.

A multidimensionalidade analítica se coloca então, como uma espécie de pré-requisito para qualquer reflexão sobre o desenvolvimento e a cultura é uma das dimensões que vem enriquecer este debate. Como vínhamos falando, a cultura se mostra um elemento de destaque neste debate se analisarmos, por exemplo, que cada sociedade, incorpora os elementos culturais do Ocidente à sua maneira, de acordo com suas características e seu grau de aculturação ao modelo ocidental.

É importante lembrar que vivemos mergulhados numa realidade que se apresenta de forma complexa e contraditória, sendo assim inexistente em qualquer parte do mundo, atualmente, uma pureza cultural, sem contaminações e influências de fora, do outro. Podemos então dizer que as sociedades, mesmo as ocidentais, vivem sob uma pluralidade cultural. Com isso, cada vez mais se torna possível encontrar focos de resistência ao processo uniformizador da cultura Ocidental.

Neste sentido, as ONGs têm tido um papel importante para os agentes do desenvolvimento capitalista, uma vez que na maior parte das vezes atuam de forma a levar às coletividades envolvidas em seus projetos, um modelo monocultural, que mesmo quando considera as formas culturais existentes, o faz sob uma ótica reducionista. A cultura sendo vista como um mero adereço e não como um processo histórico amplo.

Podemos dizer então que as ações das ONG, neste momento, não se mostram efetivas na busca da superação da racionalidade dominante. Isso tem ocorrido com boa parte das ONGs pelo Brasil que se propõem a transformar a realidade de parcelas da população, mas o que conseguem são apenas espasmos de resistências num mar de heteronomia. Suas ações muitas vezes não ultrapassam a superficialidade, ficando presas ao puro assistencialismo.

Por outro lado, a simples possibilidade de mudança que essas ONG trazem no seu discurso *pode* desencadear um sentimento de busca, por parte da coletividade, por transformações reais ou pelo menos originar uma reflexão nesse sentido. Esses pequenos passos não podem ser descartados uma vez que é através deles que podem ser construídos embriões de uma mudança real. A virtualidade contida neste processo, ainda que não concretizada, pode nos ajudar a encontrar caminhos para a busca de desenvolvimento que liberte a sociedade e os indivíduos do aprisionamento em que vivem, transformando-os em sujeitos de sua existência.

Devemos atentar também para as múltiplas escalas que atuam neste processo uma vez que na relação desenvolvidos/subdesenvolvidos a questão da escala se mostra um elemento diferenciador. Se focarmos somente na escala global, corremos o risco de enxergar apenas a disparidade existente entre as sociedades ditas desenvolvidas e as chamadas subdesenvolvidas. Por outro lado, se o foco for o local, podemos recair no erro de não perceber as determinações do global no local, ou mesmo de enxergar esse local como algo homogêneo, livre de contradições. Mas se finalmente conseguirmos romper com essa dicotomia local/global, poderemos avançar para outras escalas e perceber as interações existentes.

Sabemos agora que é preciso ter uma visão multiescalar e multidimensional deste processo para que possamos ter uma aproximação maior com a realidade. Podemos dizer também que as diferenças existentes entre as diversas sociedades constituem a diversidade que move o Ocidente. Mas como fazer para romper com essa hegemonia do modelo de desenvolvimento Ocidental? É também nesta diferença que encontramos um dos possíveis caminhos. Como romper com a submissão ao modelo hegemônico numa sociedade heterônoma? Um importante passo nos é indicado por Castoriadis quando trata da autonomia individual e coletiva numa sociedade.

A autonomia, segundo o autor, se apresenta como um processo através do qual os indivíduos e as coletividades são capazes de decidir sobre seus desejos, necessidades, meios de se atingir esses desejos e os fins para os quais são construídos. Com este pensamento em mente e olhando para a forma de atuação da maioria das ONGs, percebemos que suas ações muitas vezes criam uma barreira à autonomia das coletividades. Empreendendo políticas assistencialistas, essas organizações terminam criando uma mentalidade de tutela em relação às comunidades atendidas e estas por sua vez, muitas vezes, se acomodam e não veem na sua autonomia um caminho para a resolução de seus problemas. Ficam a espera de alguém que interceda por elas.

Partindo destes conflitos, iremos em busca de outras visões de mundo que possam nos fornecer indícios de resistências ao modelo hegemônico de desenvolvimento. Tomamos como premissa a ideia de que “desenvolvimento pressupõe *mudança, transformação* – e uma transformação *positiva*, desejada ou desejável” (SOUZA, 1996, p. 5), sendo assim, a busca pelo desenvolvimento deve representar uma busca pela realização dos anseios de cada coletividade.

O Desenvolvimento autônomo

Na busca por tentar dar resposta às críticas apresentadas ao modelo de desenvolvimento que conhecemos, uma das principais saídas é oferecida através da ampliação de mecanismos de participação popular. Esses mecanismos possibilitariam que

os indivíduos e coletividades estivessem inseridos nos processos decisórios, vislumbrando a incorporação de seus desejos quando da realização dos projetos de desenvolvimento.

Contudo, partilhamos do incômodo e irritação de que Marcelo Souza fala quando critica as atuais formas com as quais a expressão “participação popular” tem sido utilizada. Souza não se apresenta de forma alguma contra este tipo de ação, mas deixa transparecer sua indignação em um momento de desabafo logo nas primeiras linhas de introdução à sua obra quando diz: “faz algum tempo que, quando eu topo com a expressão ‘participação popular’, já me preparo para me irritar, já levanto guarda” (SOUZA, 2006, p. 9). Mesmo enfatizando seu posicionamento favorável e, mais ainda, em defesa da participação popular, ele nos atenta para o fato de que “poucas foram as expressões das quais se tenha utilizado mais abusivamente, mais hipocritamente nas últimas décadas, no campo da administração pública local e da política urbana” (SOUZA, loc. cit).

O debate acerca da participação popular na sociedade não é recente, sendo abordado não só por pesquisadores como também por grupos políticos, instituições da sociedade civil entre outros, em diversos momentos diferentes, mas ainda assim sem que se tenha alcançado algo próximo de um consenso. Pelo contrário, o que vemos ainda hoje é um intenso debate e ainda o uso indiscriminado do termo. Nas duas últimas décadas pudemos presenciar cada vez mais a popularização e até mesmo a vulgarização da ideia de participação popular, tendo, dentre inúmeros outros fatores, colaborado para este processo a ampliação do número de ONGs no Brasil e no mundo e a massificação de suas atividades, trazendo para o senso comum a necessidade, e mais ainda, o dever de ‘participar’ voluntariamente em defesa da cidadania.

Proliferam políticas e ações de ONGs por todos os lados que dão conta da profusão deste pensamento, mas que não necessariamente procuram através desta participação uma ampliação do poder das coletividades. Através dessa ideia de participação a população é convidada a opinar sobre os caminhos a serem tomados em determinados projetos. Mas será que a participação da população no processo de aplicação dos projetos é capaz de dissolver as diferenças de concepções de desenvolvimento entre as ONGs e as coletividades atendidas? O que vemos é que “a participação passou a ser concebida como intervenção social periódica e planejada, ao longo de todo o circuito de formulação e implementação de uma política pública, porque as políticas públicas ganharam destaque e centralidade nas estratégias de desenvolvimento, transformação e mudança social” (GOHN, 2002, p. 12).

Na maior parte das vezes o que vemos é uma busca pela participação como forma de democratizar o capitalismo e abrandar os conflitos sociais. A defesa da participação popular tornou-se hoje um dos principais canais para administrar a crise vivida na sociedade, tendo em vista que as restrições estruturais limitam a possibilidade de libertação

das coletividades e, portanto, da construção de espaços de resistência, de participação concreta e de transformação social. O discurso da participação aponta então com o papel de preencher esse vazio, de forma a apaziguar os ânimos numa encenação da qual muitos participam e poucos decidem, legitimando, portanto, a ordem social vigente.

Mas nem tudo nos parece perdido! No meio desse “mar de heteronomia” que vivenciamos na nossa sociedade, ecoam por todos os cantos vozes destoantes, que tentam de várias formas se fazer ouvir e demonstrar todo o seu descontentamento e sua força e vontade de lutar por sua sobrevivência. Desta forma, ao analisar a democracia representativa e a participação popular neste contexto, se faz necessário ultrapassar essa cortina de fumaça, reconhecendo, portanto as relações de poder que se escondem por trás dessa dinâmica e avançando no sentido de buscar mecanismos de participação concretos nos quais as coletividades possam administrar e ter a liberdade de fazer seu próprio caminho.

Como sublinha Souza

embora difícil (e quem duvidaria disso?), a participação popular consistente é perfeitamente possível, e que ela compensa, em vários sentidos. Ou seja: a competência analítica de que se precisa para fugir ao ramerrão dos estudos de caso e exames pouco ambiciosos diz respeito, também, ao plano, por assim dizer, “operacional”. Do mais abstrato ao mais concreto; do mais geral ao mais particular, e mesmo ao singular; reflexão político-filosófica, exame empírico detalhado e preocupação “pragmática” com a ação eficaz: não se trata, de forma alguma, de elementos contraditórios, mas de peças complementares de um quebra-cabeça político e intelectual (SOUZA, 2006, p. 13).

Percebemos então que o problema é muito maior do que a simples deterioração e a destruição do poder de um sistema social e político desigualizador como temos hoje o capitalismo. É preciso mais que isso, precisamos dar o próximo passo, em outras palavras, apontar perspectivas renovadoras, de construção de uma nova sociedade, de um novo modelo de desenvolvimento, mas tendo sempre em mente que “estamos diante de um problema para o qual não temos solução, temos unicamente aspirações” (MORIN, 2008, p. 38).

Para dar o próximo passo partimos da visão multidimensional e multiescalar que construímos e tomamos com base a valorização do território e a territorialidade de cada coletividade. E ao analisar o desenvolvimento numa perspectiva multiescalar, fica explícito a necessidade de se incorporar a multidimensionalidade presente nesta realidade. Não se trata, portanto, de uma visão econômica do desenvolvimento, mas como apontamos no início desse estudo, de um desenvolvimento político, social, cultural, enfim, de um desenvolvimento pleno, de melhoria qualitativa da vida social. E o local se mostra suficientemente rico neste aspecto, pois é no local onde se realizam as intencionalidades geradas nas mais variadas escalas, é no local onde se dão as relações sociais, as disputas

de poder e onde as práticas espaciais de uma dada coletividade se territorializam. Portanto podemos dizer que

o espaço, feito território, deve ser percebido como político e pleno de relações de poder/saber que se expressam em discursos de dominação e resistência [...] Que representações do espaço são projetadas pelas potências hegemônicas para as nações ou culturas dominadas? Como a concepção capitalista de espaço se combina ou se antagoniza com outras concepções de espaço? Como espaços de representação podem ser criados se opondo às representações do espaço hegemônicas? Como as resistências e conflitos, ao provocarem reterritorializações, promovem o desenvolvimento, sempre integrado à lógica territorial? (RUA, 2007, p. 161).

Ao se territorializarem, as práticas espaciais levam consigo as diferenciações, conflitos e contradições entre as diferentes classes sociais e nos fornecem a evidência de uma multiterritorialidade no espaço. É dessa relação entre a dimensão espacial e as relações de poder que configuram os territórios que podemos construir um olhar crítico sobre o desenvolvimento.

Ao analisar os territórios não podemos perder de vista que antes de qualquer coisa, estamos tratando da “junção dos conceitos de espaço e poder” (SOUZA 1995, p.78), ou seja, espaço territorializado como instrumento de exercício de poder. E sendo o espaço um híbrido entre as múltiplas dimensões do real,

entre sociedade e natureza, entre política, economia e cultura, e entre materialidade e “idealidade”, numa complexa interação tempo-espaço, como nos induzem a pensar geógrafos como Jean Gottman e Milton Santos, na indissociação entre movimento e (relativa) mobilidade – recebam estes os nomes de fixos e fluxos, circulação e “iconografias”, ou o que melhor nos aprouver. (...) o território pode ser concebido a partir da imbricação de múltiplas relações de poder, do poder mais material das relações econômico-políticas ao poder mais simbólico das relações de ordem mais estritamente cultural (HAESBAERT, 2004, p. 79).

Para nós o território adquire, portanto, uma dimensão que abrange desde os processos de apropriação simbólica na qual identificamos o papel da cultura e das identidades criadas pelas coletividades no processo de territorialização através de suas práticas espaciais, ou seja, o espaço vivido de cada coletividade, até uma dimensão mais concreta de dominação, onde predomina a apropriação e ordenação do espaço como forma de controle e de diminuição da possibilidade de construção de resistências (LEFEBVRE, 1991). Diante disso reiteramos o cuidado que Marcelo Souza tem ao destacar que “a questão primordial é ‘quem domina, governa ou influencia e como domina, governa e influencia esse espaço?’” e apontamos que combinado ao domínio do espaço há o consentimento por parte dos grupos dominados, que se por um lado legitima esse poder, nem por isso significa a inexistência de conflitos e contestações (SOUZA, *op. cit.*, p.78 *et seq.*).

Agora podemos avançar no sentido de ultrapassar os limites que as relações de poder muitas vezes impõem ao espaço social onde se (re)produzem, transformando-os em territórios dominados pelo pensamento heterônomo seja sob a forma de limitações materiais, de restrições de poder e influência, de redução das possibilidades de resistência ou até mesmo das liberdades, desejos e aspirações de cada coletividade.

Essa presença de territórios hegemônicos coexistindo com territórios e territorialidades contra-hegemônicos, no mesmo espaço, configura a disputa e o movimento sempre constante na busca de poder e domínio social. E se para nós a territorialidade e as relações de poder que determinam os territórios onde impera a heteronomia são dimensões essenciais, não podemos também perder de vista papel ativo do espaço na reprodução da sociedade.

O espaço social aqui deve ser apreendido no sentido de ser um espaço onde a dialética se faz presente. Como aponta Léfèbvre (2008), o espaço é um produto social, que se materializa de acordo com a sociedade que o produz, sendo um instrumento político intencionalmente manipulado, como forma de transmitir as significações imaginárias sociais^{iv} do poder hegemônico. Sendo assim o espaço aparece como instrumento de ação e de pensamento, como um meio de controle e de dominação, sendo, portanto, produto e produtor da sociedade. O autor sublinha que as contradições do espaço surgem como consequência do seu conteúdo “prático e social e, especificamente, do conteúdo capitalista”, segue então afirmando que “o espaço é simultaneamente global e pulverizado, onde a burguesia dispõe de um duplo poder sobre o espaço” (LEFEBVRE, 2008, p. 57), o qual ele aponta sendo de um lado a propriedade privada do solo, e de outro a globalidade, o conhecimento, a estratégia, a ação do Estado. Sendo assim, ficam evidentes os conflitos existentes entre o espaço abstrato, relativo ao que Léfèbvre denomina de espaço concebido e o espaço imediato, aqui entendido como o espaço percebido, vivido.

Para nós essa visão multidimensional do espaço se faz relevante quando observamos que o espaço concebido pelo Estado, e neste caso legitimado pelos projetos de desenvolvimento utilizados pelas ONGs, muitas vezes se chocam não só com o espaço vivido das coletividades como também pelo seu espaço concebido. Fica clara portando a importância do domínio e da produção do espaço social, da subjetividade que este incorpora na produção de símbolos, no cotidiano vivenciado pelas coletividades e que influenciam as práticas espaciais e a reprodução social.

A heteronomia contida nas relações sociais que se territorializam através das práticas espaciais de uma dada sociedade, tendem a reduzir as margens de manobra para o desenvolvimento de perspectivas autônomas e libertárias, sob as quais poderíamos tomar as rédeas dos caminhos a serem seguidos e os fins a que se destinam as ações coletivas e individuais. Por outro lado, nos parece relevante apontar que as ações empreendidas no

sentido de redução, ou mais ainda, de destruição das assimetrias estruturais de poder, abrem caminhos para que a participação popular deixe de ser apenas consentida, passando a assumir o papel de transformação para um caminho não só da participação, mas enfim com a culminância em uma perspectiva autonomista.

Neste momento, a participação sai da sombra tutelar do Estado, deixando a cada indivíduo a possibilidade de tomar parte efetivamente do processo decisório. Mas para que essas assimetrias sejam postas abaixo é preciso dar alguns passos, mesmo que pequenos, e isso significa identificar possibilidades e movimentos de resistências, valorizando até mesmo pequenas conquistas, desde que estas representem algum ganho político. Se pudemos até aqui esboçar caminhos para uma mudança social tendo como norte uma perspectiva autonomista, mas passando por momentos de disputas de poder, de ampliação da margem de manobra para mudanças via participação popular, valorizando sempre a formação política dos indivíduos, podemos e devemos também, apontar qual perspectiva que temos de mudança, ou em outras palavras, onde pretendemos chegar com esse caminhar. O que seria então para nós uma sociedade autônoma, como construí-la e o que se espera desse projeto?

A liberdade, a criação e a autonomia de cada indivíduo e de cada coletividade são desejos antigos no imaginário social, contudo jamais realizados plenamente sob uma sociedade heterônoma como a que vivenciamos no modelo civilizatório capitalista. Uma das mais importantes contribuições de Castoriadis foi o seu princípio da autonomia social e individual. O autor parte de uma crítica à heteronomia contida nas relações sociais da sociedade moderna e avança propondo mudanças no sentido de que a sociedade possa atingir uma maior liberdade de pensamento e ação. Para ele, “a autonomia é o agir reflexivo de uma razão, que se cria num movimento sem fim, como ao mesmo tempo individual e social” (CASTORIADIS, 1992b, p. 140).

Ao analisar sua dimensão individual Castoriadis ressalta que, para o indivíduo a autonomia consiste em “refletir sobre ele mesmo, sobre as razões de seus pensamentos e os motivos de seus atos, guiado pela intenção do certo e elucidação de seu desejo” (CASTORIADIS, loc. cit.) ou seja, permitir que cada indivíduo tenha liberdade de escolha e conhecimento e educação política para tal. Por outro lado, Castoriadis nos lembra que não há possibilidade de um indivíduo tornar-se autônomo numa sociedade heterônoma e que, portanto, a autonomia individual implica a existência de uma autonomia social. Ao enfatizar a dimensão social da autonomia ele afirma que

não podemos desejar a autonomia sem desejá-la para todos e sua realização só pode conceber-se como empreitada coletiva. Se não se trata mais de entender por esse termo nem a liberdade inalienável de um sujeito abstrato, nem o domínio de uma pura consciência sobre um material indiferenciado para todos (...); se o problema da autonomia é que o sujeito encontra em si próprio um sentido que não é o seu e que tem que

transformá-lo utilizando-o; se a autonomia é essa relação na qual os outros estão sempre presentes como alteridade (...), então a autonomia só é concebível, já filosoficamente, como um problema e uma relação social (CASTORIADIS, 1991, p. 130).

Castoriadis sublinha ainda que para que consigamos construir essa autonomia social e individual, é preciso que já se tenha surgido um *germe* de autonomia nos marcos da sociedade heterônoma, ou, nas palavras do autor, “para investir a liberdade e a verdade, é preciso que elas já tenham aparecido como significações imaginárias sociais. Para que os indivíduos visando a autonomia possam surgir, é preciso que já se tenha auto-alterado de maneira a abrir um espaço de interrogação sem limites” (CASTORIADIS, 1992b, p.142). A formação de instituições que tornem essa reflexividade coletiva possível é algo imprescindível, assim como a necessidade de conferir aos indivíduos a “possibilidade efetiva máxima de participação em todo poder explícito, mas também a esfera mais extensa possível da vida individual autônoma” (ibid., p. 147). E mesmo essas instituições tendo a validade de momento de reflexão coletiva, adquirindo portanto legitimidade diante das significações imaginárias sociais, ainda assim é preciso a todo instante questioná-las. Conforme aponta Castoriadis,

uma sociedade justa não é uma sociedade que adotou leis justas para sempre. Uma sociedade justa é uma sociedade onde a questão da justiça permanece constantemente aberta, ou seja, onde existe sempre a possibilidade socialmente efetiva de interrogação sobre a lei e sobre o fundamento da lei. Eis aí uma outra maneira de dizer que ela está constantemente no movimento de sua auto-instituição explícita (CASTORIADIS, 1983 apud SOUZA, 2000, p. 77, grifo do autor).

O caminho encontrado por Castoriadis que permita essa transformação é a política, que segundo o autor constitui-se no projeto da autonomia. A política consiste, na sua visão em uma “atividade coletiva, reflexiva e lúcida, que surge a partir do momento em que é colocada a questão da validade de direito das instituições (...) [e se] ela é concebida dessa maneira, o homem põe em questão e, segundo o caso, altera seu modo de ser e seu ser enquanto homem social” (CASTORIADIS, 1992c, p. 97).

A autonomia de que Castoriadis fala consiste, portanto, em um projeto no qual uma coletividade teria por princípio a autodeterminação de suas leis com base na reflexão coletiva e individual. Uma sociedade na qual se possa ter como garantia o poder de gerir livremente seu território e seu desenvolvimento.

Uma vez que tenhamos apreendido o significado da autonomia castoriadiana, devemos refletir sobre os caminhos possíveis para que possamos construí-la. Num primeiro momento devemos nos debruçar sobre a articulação de diversas escalas para que possamos ampliar a visão do problema, entendendo a complexidade da tarefa e não apenas reduzindo a discussão da autonomia a uma visão localista, da qual a solução para o incomodo que vivenciamos sob uma sociedade heterônoma pudesse ser resolvido apenas

tomando como força os focos de resistência locais. Sublinhamos então, como dito anteriormente, que as relações transescalares são fundamentais para que consigamos romper com o reducionismo contido na visão localista, e perceber que as realidades encontradas em cada lugar são profundamente influenciadas pela sua relação com outros espaços, com outras escalas, e principalmente determinadas pelas assimetrias de poder que as diferentes classes sociais empreendem no espaço.

Quando observamos a busca pelo desenvolvimento de uma dada coletividade, não nos basta perceber suas fragilidades e a partir daí implementar projetos de desenvolvimento local, quando esses na maior parte das vezes são elaborados somente sobre as determinações externas à realidade local. Tomar as variáveis externas como parte da existência do lugar é elemento fundamental do entendimento de sua realidade, contudo, desconsiderar as condições internas é indefensável. E é através da elaboração de Milton Santos sobre o local que podemos perceber esse conflito quando o autor afirma que

o interno é tudo que, num momento dado, está já presente num lugar determinado. No interno, as variáveis têm a mesma dimensão do lugar, as dimensões se superpõem delimitadas pelo lugar. O interno é aquilo que, num momento dado aparece como local (...). Mas as variáveis que formam uma situação são frequentemente extralocais, portanto mais amplas que o lugar (o país, o mundo). O externo é tudo isso cuja sede é fora do lugar, muito embora incida sobre ele. Cada lugar tem, pois, variáveis internas e externas. A organização da vida em qualquer parte do território depende da imbricação desses fatores (1997, p. 96 et. seq.).

É preciso entender as relações nas quais essa coletividade se cria e se reproduz e entender que o desenvolvimento necessita ser apreendido para muito além da pura satisfação econômica, pois a dinâmica social na qual está inserido se encontra necessariamente permeado de um conjunto de outras relações, materiais e imateriais, de conflitos e de racionalidades que caracterizam a complexidade social que vivemos. O desenvolvimento adquire então um status de transformação da sociedade, na qual possamos reproduzir os princípios da autonomia.

O papel que as ONGs vêm cumprindo ao longo das últimas décadas deixa transparecer a sua proximidade com a ideia de desenvolvimento unicamente como forma de crescimento. Ao perceberem a fragilidade e carência na qual as coletividades se encontravam com o surgimento do neoliberalismo e a consequente diminuição do Estado, essas organizações tentam ocupar esse vazio tomando para si a responsabilidade em atender as demandas locais e buscando alternativas de satisfação dos desejos das coletividades atendidas. Por outro lado, sua ação deixa escapar a questão central nesse embate, que não basta suprir carências de uma ou outra coletividade, em qualquer que seja a escala de atuação quando na verdade essas carências são reflexo de uma crise estrutural, de um modelo societário que não se propõe solucionar ou ao menos equilibrar o desequilíbrio de forças na sociedade.

Que fazer então diante de uma realidade mundial hegemônica que nos empurra cada vez mais para a “globalização da economia e da cultura”, onde as possibilidades de transformação e de disputa de poder por parte das classes dominadas são cada vez mais restritas e controladas?

A resposta se encontra na própria questão, pois é exatamente através da compreensão desses limites de liberdade, de justiça e desenvolvimento social e espacial em uma sociedade heterônoma, que podemos construir resistências e traçar alternativas radicais a esta sociedade.

Por outro lado, o que a princípio pode parecer resolvido está longe de o ser efetivamente, pois se ao se compreender as limitações do *status quo* essa dimensão utópica cair num horizonte do “tudo ou nada”, ou seja, negligenciar a importância que pequenos ativismos podem ter na disputa de poder, terminamos não entrando efetivamente na luta por espaço, por território, sempre a espera do momento de transformação total.

Como enfatiza Souza, “se é certo que as forças de mudança devem contar, cedo ou tarde, com a reação, inclusive violenta, da ordem vigente, autênticos movimentos sociais [...] *podem*, de toda sorte, a longo prazo e por efeito cumulativo complexo, provocar alterações dignas de nota, rupturas” (SOUZA, 2003, p. 109). Portanto, uma luta pontual, *poderia* servir de exemplo para outras coletividades, para outras lutas, permitindo um aumento da margem de manobra para que os grupos dominados na sociedade consigam um pouco mais de poder e de consciência crítica.

Compartilhamos do pensamento de Rúa (2007, p. 186) quando afirma que “só pode haver a construção de uma história própria se existir a possibilidade de construir escolhas próprias, isto é, exercitar autonomia. O homem novo, para um [Gramsci], e o indivíduo autônomo [Castoriadis], para outro, são capazes de refletir e atuar na transformação da sociedade em que vivem”. O desenvolvimento então assume a busca pela autodeterminação das coletividades quando da escolha de seus projetos próprios, enfatizando “as demandas locais, resgatando a força do lugar, mas integradas ao global (multiescalaridade), reduzindo ao mínimo, ou eliminando, as assimetrias que marcam tal integração” (*ibid.*, p. 184). A partir desse momento, temos a perspectiva da construção de “desenvolvimentos”⁴ capazes de libertar, saindo da prisão da heteronomia, mas considerando a existência do múltiplo.

A esses desenvolvimentos autônomos, correspondem territorialidades autônomas, nas quais teremos a expressão espacial de cada conquista de liberdade individual e coletiva. Se antes tínhamos espacialidades e territorialidades moldadas pelo processo histórico de desenvolvimento sob a ótica da modernidade, e por isso mesmo excludentes, agora teremos a possibilidade de construção de um novo arranjo territorial. Ainda que renovado por práticas espaciais que se distanciam cada vez mais daquela de dominação do

capitalismo, este novo arranjo ainda conserva as diferenciações e contradições internas. Com isso queremos chamar atenção para o fato de que a autonomia “não é uma utopia idealista, a exigir como premissa uma sociedade uniforme e sem conflitos, mas, simplesmente, um horizonte de pensamento e ação” (SOUZA, 1996, p. 10 *et seq.*).

Diante das críticas empreendidas ao modelo de desenvolvimento moderno e da tentativa de encontrar caminhos possíveis para sua superação, entendemos não ser possível criar um novo modelo de desenvolvimento capaz uma justiça social e qualidade de vida, sob pena de estarmos reproduzindo a lógica de dominação, uma vez que ao se tentar exportar de forma indiscriminada o mesmo modelo para todas as coletividades terminamos desconsiderando todas as suas idiosincrasias, sua cultura, sua história, sua organização social. A possibilidade de transformação da ideia e da práxis do desenvolvimento se encontra, no nosso entendimento, na tentativa de deixar “aos habitantes de cada lugar (em sua heterogeneidade social, econômica, cultural), em uma integração multiescalar que alcance o Estado nacional, o direito de decidir sobre as formas de vivenciar as suas territorialidades (...) escolhendo, assim, o seu modelo de desenvolvimento” (RUA, 2007, p. 171).

Trata-se, desta forma, da construção de uma “teoria aberta” do desenvolvimento que conforme Souza (1996, p. 9) “ao invés de *definir* de uma vez por todas (...) o que seja desenvolvimento, cabe tão-somente (o que, porém, não é tão pouco) extrair um *princípio norteador*”. Os desenvolvimentos possíveis e desejados trazem consigo a autonomia individual e coletiva, numa busca sempre incompleta - porque sempre se refazendo - pela liberdade, justiça social e qualidade de vida das coletividades.

ⁱ Iremos trabalhar com a perspectiva gramsciana de sociedade civil, segundo a qual esta é composta por organizações privadas que estão fora do escopo do Estado, mas que auxiliam na tarefa de dominação de classe. Precisamos, contudo, destacar que o conceito de sociedade civil na obra de Gramsci possui antinomias e que a separação entre Estado e sociedade civil deve ser apenas metodológica, para sua análise, e não orgânica. Desta forma, estes dois planos são indissociáveis, são como planos superpostos que em última análise conformam o que seria por Gramsci chamado de “Estado ampliado”. Consideramos ainda, que a sociedade civil é um todo conflituoso, composto por diversos grupos sociais (classes, etnias, gêneros), que buscam atender seus interesses, mas também realizam acordos entre si. (GRUPPI, 1980) e (GRAMSCI, 1991)

ⁱⁱ Herbert José de Sousa, conhecido como Betinho, foi um sociólogo brasileiro que teve sua trajetória muito comprometida com os movimentos sociais de esquerda. Foi um dos fundadores do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas – IBASE, em 1981, participou ativamente da luta pela reforma agrária no Brasil e esteve presente nas mobilizações pelo impeachment do Presidente Fernando Collor. Mas seu reconhecimento veio principalmente ligado ao projeto que comandou: “Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida”.

ⁱⁱⁱ O que comumente é denominado ‘cultura’ não passa de uma versão reducionista do que nós conhecemos e denominamos cultura. Não podemos ver a cultura como algo exótico e folclórico, que englobe apenas tradições como música, danças e a arte, mas sim como algo mais amplo, que incorpore desde os conhecimentos técnicos, a mentalidade, até as atividades produtoras. Enfim, a cultura para nós admite uma dimensão muito mais profunda, ela incorpora o modo de vida de cada coletividade.

^{iv} As significações imaginárias sociais, na concepção de Castoriadis, estruturam as representações do mundo em geral, designam as finalidades da ação, impondo o que deve ser feito e estabelecem os tipos de afetos particulares a cada sociedade (CASTORIADIS, 1991).

^v Rua fala de “desenvolvimentos” para sublinhar a contraposição à um modelo único de desenvolvimento, um desenvolvimento heterônomo, propondo então que seja incorporada na ideia de desenvolvimento a “existência do múltiplo, isto é, do direito de cada sociedade de definir seus próprios modelos de desenvolvimento” (2007, 169).

Referências Bibliográficas

ACIOLI, A. **Território e atuação da Organização Não-Governamental Instituto de Desenvolvimento e Ação Comunitária (IDACO) no espaço rural fluminense**. Monografia – Instituto de Geografia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2007.

ACIOLI, et al. **Globalização e desenvolvimento: emergência de novas espacialidades**. In: 12° Encuentro de Geógrafos da América Latina – Caminando en una América Latina en transformación, 2009a, Montevideo – Uruguay.

ACIOLI, et al. **Geografia e Desenvolvimento Territorial**. GeoPUC Revista do Departamento de Geografia da PUC-Rio, v. 4, p. 1-22, 2009b.

BEBBINGTON, A. **NGOs and uneven development: geographies of development intervention**. In: Progress in Human Geography, n.28, SAGE Publications. 2004.

BIANCHI, A. **Retorno a Gramsci: para uma crítica das teorias contemporâneas da sociedade civil**. XII Congresso Nacional dos Sociólogos. Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 01 a 04 de abril de 2002.

CASTORIADIS, C. **Reflexões sobre o desenvolvimento e a racionalidade**. In: CASTORIADIS,

C. **As encruzilhadas do labirinto II: domínios do homem**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p. 139-184, 1987.

_____. **A Instituição imaginária da sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

_____. **A época do conformismo generalizado**. In: CASTORIADIS, C. **As encruzilhadas do labirinto III: o mundo fragmentado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p. 13-26, 1992a.

_____. **Poder, Política, Autonomia**. In: CASTORIADIS, C. **As encruzilhadas do labirinto III: o mundo fragmentado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p. 121-149, 1992b.

_____. **A criação histórica e a instituição da sociedade**. In: CASTORIADIS, C. et al. **A Criação Histórica**. Porto Alegre: Artes e ofícios, p. 83-101, 1992c.

_____. **As encruzilhadas do labirinto II: domínios do homem**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

CHESNEAUX, J. **Modernidade-mundo**. Petrópolis/RJ: Vozes, 1996.

FERREIRA, A. **A produção do espaço: entre dominação e apropriação. Um olhar sobre os movimentos sociais**. In: **Scripta Nova: revista electrónica de geografía y ciencias sociales**. Universidad de Barcelona. Vol. XI, núm. 245 (15), 1 de agosto de 2007. ISSN: 1138-9788.

GOHN, M. G. **O protagonismo da sociedade civil: movimentos sociais, ONGs e redes solidárias**. São Paulo: Cortez, 2005.

GRAMSCI, A. **Maquiavel, a Política e o Estado Moderno**, 8ª edição, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1991.

_____. **Cadernos do Cárcere – Volume 3 – Maquiavel e notas sobre o Estado e a política**. 3ª edição, Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2002.

HAESBAERT, R. **O Mito da Desterritorialização**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HAESBAERT, R. **Da Desterritorialização à Multiterritorialidade**. Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina – 20 a 26 de março de 2005 – Universidade de São Paulo

HAESBAERT, Rogério. **Território e Multiterritorialidade – um debate**. GEOgraphya – Revista de Pós-graduação em Geografia da UFF. Niterói/RJ: UFF/EGG, Ano IX, n. 17, p. 19-46, junho de 2007.

-
- LATOUCHE, S. A **Ocidentalização do Mundo**: ensaio sobre a significação, o alcance e os limites da uniformização planetária. Petrópolis/RJ: Ed. Vozes, 1994.
- LEFEBVRE, H. 1991. **The Production of Space**. Oxford/Cambridge, Mass.: Blackwell, 1991 (orig.: 1974) Editions Antrophos. (UK)
- LEFEBVRE, H. (2008). **Espaço e Política**. Belo Horizonte: Editora UFMG
- MORIN, E. Por uma reforma do pensamento. In: PENA-VEJA, A.; ALMEIDA, E. P. **O pensar complexo**: Edgar Morin e a crise da modernidade. Rio de Janeiro: Garamond, 1999.
- _____. **Saberes Globais e Saberes Locais**: o olhar transdisciplinar. Rio de Janeiro. Garamond, 2008.
- RUA, J. Desenvolvimento, Espaço e Sustentabilidades. IN: RUA, J. (Org.). **Paisagem, Espaço e Sustentabilidades**. Rio de Janeiro: EdPUC. 2007.
- SAID, E. **Orientalism**. In: SCHECH, S.; HAGGIS, J. (eds.). *Developmente, a cultural studies reader*. Oxford (UK)/Malden (USA): Blackwell Publishing Ltd. 2002.
- SANTOS, M. **Metamorfoses do Espaço Habitado**. São Paulo, Editora HUCITEC Ltda. 1997.
- _____. **Natureza do Espaço**: espaço e tempo, razão e emoção. 3 ed. São Paulo: Hucitec, 1999.
- SOUZA, M. L. A teorização sobre o desenvolvimento em uma época de fadiga teórica, ou: sobre a necessidade de uma “teoria aberta” do desenvolvimento sócio-espacial. **Território**, Rio de Janeiro: Laget/UFRJ, n. 1, v. 1, 1996, p. 5-22.
- _____. Algumas notas sobre a importância do espaço para o desenvolvimento social. **Território**, ano 11, nº 3, jul./dez. 1997
- _____. O Planejamento e a Gestão das Cidades em uma Perspectiva Autonomista. **Território**, Laget/UFRJ, n. 8, p. 67-100. Jan-jun. 2000
- _____. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: GOMES, Paulo C.; CORRÊA, Roberto L. **Geografia**: conceitos e temas. 5 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. p. 77-115
- _____. **A Prisão e a Ágora**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2006.
- VAINER, C. B. As escalas do poder e o poder das escalas: o que pode o poder local? In: **Planejamento e Território**: Ensaios sobre a desigualdade. Rio de Janeiro: Cadernos IPPUR/UFRJ, Ano XV, nº 2, ago-dez 2001 / Ano XVI, nº 1, jan-jul 2002, DP&A Editora. P. 13-32
- VERHELST, T. G. **O Direito à diferença, identidades culturais e desenvolvimento**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1992